



**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



**DELIBERAÇÃO CME Nº 01/2025**

*Dispõe sobre a deliberação de funcionamento da expansão, não contígua, de estabelecimento de ensino com base no relatório de visita técnica apresentado ao colegiado.*

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURINHOS (C.M.E.)**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 6.606 de julho de 2014, em seu art. 2º, inciso XII, referendada pela Constituição Federal (C.F.), em seu art. 211, e Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 11, na data de 29 de Abril de 2025, realizou visita técnica ao local destinado à ampliação em espaço não contíguo do Núcleo de Educação da Infância (N.E.I.) Curupira.

**Considerando** que o artigo 206 da Constituição Federal (1988) determina que o ensino seja administrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e, em seu art. 227, coloca como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar que a criança e o adolescente estejam a salvo de toda forma de negligência.

**Considerando** os pressupostos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que prevê no Art. 27, inciso II, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

**Considerando** que é uma atribuição legal deste colegiado pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento dos estabelecimentos de ensino público e/ou privado do município de Ourinhos-SP.

**Considerando** que o local de ampliação se trata de uma chácara locada pela Secretaria Municipal de Educação (S.M.E.) na pessoa da empresa de cogestão, Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino (IGEVE), situada na rua Onófre Alves Moreira, nº 1295, Jardim Itamaraty, CEP 19904-550, em caráter emergencial para atender a demanda de vagas na região de cerca de 167 crianças do segmento das 1º e 2º Fases da Educação Infantil.

**Considerando** que a via de acesso à escola se encontra em condições irregulares por ser de terra batida, esburacada, com ausência de iluminação pública, guias e sarjetas, de passeio público defronte

ao imóvel e parcialmente encoberta por árvores de grande porte que dificultam o acesso de veículos escolares, ambulâncias e caminhões de emergência, especialmente em dias de chuva, aspectos esses que comprometem a segurança e a integridade física de alunos, familiares, funcionários e visitantes.

**Considerando** a necessidade de construção de passeio público em frente ao prédio da escola para separar o espaço reservado aos pedestres da rua destinada aos veículos.

**Considerando** o carecimento de luminosidade noturna do prédio da escola bem como o da via pública e a ausência de postes de iluminação.

**Considerando** a urgência de vagas no atendimento e que as crianças se encontram fora da escola.

**Considerando** a existência de aditivos monetários ao contrato já creditados à empresa competente e ao prolongado período de execução das obras de adequação e de ampliação do espaço não contíguo do N.E.I. Curupira.

O colegiado pleno do Conselho Municipal de Educação de Ourinhos **DELIBERA**,

**Art. 1º.** Fica **vedado o funcionamento** da expansão não contígua do N.E.I. Curupira até a **implementação integral** das adequações listadas no **Apêndice I (Relatório Técnico)**, cabendo ao Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino (IGEVE):

- a) Reparação do piso danificado e irregular: há áreas quebradas e desniveladas que podem representar risco de queda;
- b) Implantação de sinalização tátil: para acessibilidade, faltam faixas de piso tátil de alerta e direcional;
- c) Instalação de proteção na extremidade da rampa: não há nenhuma proteção física no final da rampa que evite a saída direta para o gramado;
- d) Instalação de corrimão inferior (duplo): a norma ABNT NBR 9050, exige corrimão duplo (para crianças e pessoas de menor estatura);
- e) Assentamento de corrimão na escada: escadas internas devem ter corrimão em ambos os lados;
- f) Implantação de sinalização de piso ou faixa de alerta: para segurança, o primeiro e o último degrau devem ser sinalizados com faixas de cor contrastante.
- g) Adequação de lavatório sem acessibilidade: a altura e o espaço livre abaixo da bancada não parecem estar adequados para uso por cadeirantes;

h) Remoção imediata dos resíduos e destinação ambientalmente adequada e implementação de programa de vistoria contínua para prevenção de focos de dengue;

i) Remoção de animais que residem em espaço conjugado ao refeitório e cozinha.

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Educação de Ourinhos (C.M.E.), à Secretaria Municipal de Educação (S.M.E.), em articulação com as Secretarias de Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Licenciamento e a Administração:

I - Fiscalizar a aplicação de recursos e o cumprimento das especificações técnicas;

II - Exigir documentação e laudo pericial dos órgãos competentes (vigilância sanitária, corpo de bombeiros, dentre outros);

III - Emitir **laudo de conformidade** para liberação do funcionamento após vistoria.

**Parágrafo Único** o colegiado estabelece o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da publicação em Diário Oficial (D.O.) desta deliberação para **início efetivo das obras** e de **vinte dias úteis** para **conclusão integral** das adequações na expansão não contígua do N.E.I. Curupira.

**Art. 3º** O descumprimento dos prazos ou especificações acarretará:

I - Encaminhamento de pedido por parte do colegiado para suspensão dos efeitos do contrato de cogestão;

II - Apresentação de denúncia e de responsabilização da IGEVE por eventuais danos ao erário público;

III - Corresponsabilização dos órgãos e agentes públicos por meio de denúncia às entidades competentes, pela má gestão dos recursos públicos e na violação de direitos de acesso e oferta das vagas no segmento da educação infantil.

**MARCELA RODRIGUES OLIVEIRA**

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Ourinhos